

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

**Senhores Acionistas**

Em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresentamos e submetemos à apreciação e deliberação de Vossas Senhorias o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis e Financeiras da Companhia, preparadas em acordo com a legislação pertinente em vigor, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

A conjuntura econômica externa em 2015 caracterizou-se pela queda da atividade na China, nosso principal parceiro econômico, modesto crescimento na Europa e no Japão, além da confirmação da retomada do crescimento nos Estados Unidos.

No Brasil o cenário econômico e político revelou-se conturbado, instável e com desempenho negativo. No campo político a operação conhecida como Lava Jato, tendo como pano de fundo a Petrobrás, maior empresa brasileira, ensejou revelações estardalosas, confirmando o desvio de recursos de bilhões de reais e envolvendo integrantes do alto escalão político do país.

Esse cenário, que ainda foi agravado por inúmeras alterações nos quadros do comando político nacional, foi decisivo para o péssimo desempenho econômico do Brasil em 2015, gerando perspectivas negativas para o exercício de 2016.

Assim, a inflação medida pelo IPCA, alcançou a maior elevação dos últimos 12 anos, situando-se em 10,67%. A taxa básica de juros – SELIC – foi fixada em 14,25% em 31/12/2015, correspondendo a uma alta de 21,3% no ano. A TJLP, que é utilizada pelo BNDES em suas operações de financiamentos, atingiu 7,0% em 31/12/2015, contra 5,0%

em dezembro de 2014, refletindo uma elevação de 40,0% no ano. O dólar foi cotado a R\$ 3,9048 em 31/12/2015, contra R\$ 2,6562 em 31/12/2014, traduzindo uma alta de 47,0% no ano. Entretanto o PIB, que em janeiro era projetado para um crescimento de 0,40%, registrou redução da ordem de 3,70% em 2015. A taxa de desemprego, reflexo da queda do PIB, elevou-se a níveis comprometedores.

Para o exercício de 2016 as projeções indicam que o PIB registrará um desempenho econômico negativo da ordem de 2,95%.

Diante desse cenário o mercado de capitais apresentou desempenho negativo no ano. O Índice BOVESPA, que em 31/12/2014 situava-se em 50.007 pontos, em 31/12/2015 registrou 43.349 pontos, correspondendo a uma desvalorização de 13,31% no exercício. Os registros de ações na CVM para oferta pública totalizaram R\$ 16,7 bilhões em 2015, com apenas 2 operações. Os registros de debêntures alcançaram R\$ 20,6 bilhões, em 10 operações.

Em consonância com o objeto social, de auxiliar o Tesouro do Estado, a Companhia adquiriu do Estado direitos creditórios do Fundo Fomentar visando a alienação onerosa desses ativos. A referida aquisição foi liquidada mediante integralização de capital na CADIP. Entretanto, a depressão do mercado, a instabilidade política e a insegurança da economia tornaram inviável a operação, procedendo-se a retrocessão dos referidos direitos creditórios mediante a correspondente redução do capital social da Companhia, na forma das disposições pactuadas entre as partes.

As contas patrimoniais não registraram alterações relevantes em seus saldos no exercício de 2015 em relação aos valores de 31 de dezembro de 2014.

As demonstrações do resultado apresentam um prejuízo líquido de R\$ 428 mil no exercício, com receitas de R\$ 3.725 mil e despesas de R\$ 4.153 mil, nestas destacando-se as de serviços de terceiros no montante de R\$ 183 mil, referentes a serviços de auditoria de direitos creditórios, raiting e assessorias jurídicas.

A capacidade de solvência da Companhia continua extremamente confortável, seja para compromissos a curto ou a longo prazo.

A Companhia procede a atualização dos valores referentes às provisões para riscos fiscais.

Os Auditores Independentes contratados pela CADIP prestam unicamente serviços de auditoria contábil independente.

**Declaração da Diretoria:** na forma do disposto no Art. 25, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que revisou, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, bem como concorda com a opinião expressa no parecer dos Auditores Independentes sobre as referidas Demonstrações.

Agradecemos o apoio recebido da Administração Pública do Estado, em especial da Secretaria da Fazenda, a confiança dos Senhores Acionistas e o empenho do Conselho Fiscal, que muito contribuíram para o bom desempenho das atividades da Companhia no decorrer do exercício de 2015.

A Administração.

Balanco Patrimonial em 31 de Dezembro					
Em milhares de reais					
Ativo	2015	2014	Passivo e patrimônio líquido	2015	2014
Circulante			Não circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	22.253	22.673	Provisão para riscos fiscais (Nota 8)	398	370
	22.253	22.673		398	370
Não circulante			Patrimônio líquido (Nota 6)		
Tributos diferidos (Nota 3)	135	126	Capital social	10.200	10.200
Depósitos judiciais	121	110	Reservas de lucros	12.339	12.339
	256	236	(-) Prejuízos acumulados	(428)	-
				22.111	22.539
Total do ativo	22.509	22.909	Total do passivo e do patrimônio líquido	22.509	22.909

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado Abrangente		
Exercícios findos em 31 de Dezembro		
Em milhares de reais, exceto quando indicado		
	2015	2014
<b>Prejuízo líquido do exercício</b>	(428)	(262)
<b>Atribuível a:</b>		
Controladores	(427)	(261)
Não Controladores	(1)	(1)
<b>Outros componentes do resultado abrangente</b>	0	0
<b>Resultado abrangente do período</b>	(428)	(262)
<b>Atribuível a:</b>		
Controladores	(427)	(261)
Não Controladores	(1)	(1)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado		
Exercícios findos em 31 de Dezembro		
Em milhares de reais, exceto quando indicado		
	2015	2014
<b>Despesas operacionais</b>		
Perda pela não recuperabilidade de Ativos (Nota 9)	(3.705)	-
Despesas gerais e administrativas (Nota 10)	(248)	(324)
Provisão para riscos fiscais (Nota 8)	(28)	(23)
<b>Prejuízo antes das receitas e despesas financeiras</b>	(3.981)	(347)
Receitas financeiras	3.716	77
Tributos sobre receitas financeiras	(172)	-
<b>Prejuízo antes da contribuição social e do imposto de renda</b>	(437)	(270)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	8
<b>Prejuízo líquido do exercício</b>	(428)	(262)
<b>Prejuízo líquido por ação ordinária - Básico e Diluído - R\$</b>	(0,0629)	(0,00385)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto		
Exercícios findos em 31 de Dezembro		
Em milhares de reais		
	2015	2014
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais:</b>		
<b>Prejuízo líquido do exercício:</b>	(437)	(270)
Ajustes para conciliar o prejuízo ao caixa e equivalentes de caixa aplicados nas atividades operacionais:		
Provisão para riscos fiscais	28	23
	(409)	(247)
<b>Varições de ativos e passivos operacionais:</b>		
Aumento em créditos a receber	-	940
Aumento em depósitos judiciais	(11)	(10)
	(11)	930
<b>Caixa líquido aplicado/gerado nas atividades operacionais</b>	(420)	683
<b>Redução / Aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>	(420)	683
<b>Demonstração da redução/aumento no caixa e equivalentes de caixa:</b>		
No fim do exercício	22.253	22.673
No início do exercício	22.673	21.990
<b>Redução / Aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>	(420)	683

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Valor Adicionado		
Exercícios findos em 31 de Dezembro		
Em milhares de reais		
	2015	2014
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras	3.716	77
<b>Valor adicionado a distribuir</b>	3.716	77
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
Serviços de terceiros, impostos taxas e emolumentos	239	316
Despesas tributárias	172	-
Provisão para riscos fiscais	28	23
Perda pela não recuperabilidade de ativos	3.705	-
Prejuízos absorvidos	(428)	(262)
<b>Valor adicionado distribuído</b>	3.716	77

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido					
Em milhares de reais					
	Capital Social	Reservas de Lucros		Prejuízos Acumulados	Total
		Legal	Retenção de Lucros		
Em 1º de janeiro de 2014	10.200	2.040	10.561		22.801
Prejuízo líquido do exercício				(262)	(262)
Absorção do prejuízo			(262)	262	
Em 31 de dezembro de 2014	10.200	2.040	10.299		22.539
Aumento de capital social	310.127				310.127
Cancelamento de Ações	(310.127)				(310.127)
Prejuízo líquido do exercício				(428)	(428)
Absorção do prejuízo			(428)	428	
Em 31 de dezembro de 2015	10.200	2.040	9.871	-	22.111

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014
Em milhares de reais
<b>1. Informações gerais</b>
A Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP é uma sociedade de economia mista, supervisionada pela Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, com sede em Porto Alegre - RS. A Companhia tem como objetivo implementar ações que visem contribuir na administração da dívida pública do Estado, podendo, para tanto, emitir e colocar, no mercado, obrigações e adquirir, alienar e dar em garantia: ativos, créditos, precatórios, títulos e valores mobiliários.
As demonstrações financeiras foram liberadas pela Diretoria para exame da auditoria em 4 de janeiro de 2016.
<b>2. Resumo das principais políticas contábeis</b>
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

»»» Continuação

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014**  
Em milhares de reais

**Relatório dos Auditores Independentes  
sobre as Demonstrações Contábeis**

**2.1. Base de preparação**

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB, e as Normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

**2.2. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

**2.3. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge**

A Administração informa que a Companhia não possui nenhuma operação que possa ser caracterizada como instrumento financeiro derivativo ou operações de hedge, na forma do disposto na Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008.

Os instrumentos financeiros destinados a alcançar o objeto social da Companhia estão representados, substancialmente, por caixa e equivalentes de caixa e por créditos a receber. Em função das suas características, a Administração da Companhia entende que os valores contábeis se situam em níveis líquidos de mercado.

**2.4. Provisões**

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, com a probabilidade de que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da mesma possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo em separado, mas apenas quando o valor for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

**2.5. Reconhecimento da receita**

A Companhia reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança. É provável que recursos financeiros futuros possam fluir para a Companhia, quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das suas atividades.

**3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

**Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido**

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2015, base negativa de contribuição social, no montante de R\$ 22.592 (2014 - R\$ 22.183), e prejuízos fiscais, no montante de R\$ 22.592 (2014 - R\$ 22.183), sem prazo de prescrição, cujos créditos tributários, conservadoramente, não foram contabilizados, no montante de R\$ 7.681 (2014 - R\$ 7.542), uma vez que serão utilizados na proporção da geração futura de lucros tributáveis. A Companhia contabilizou créditos tributários decorrentes de adições temporárias compensáveis com lucros tributários futuros, no montante de R\$ 135 (2014 - R\$ 126).

**4. Caixa e equivalentes de caixa**

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Bancos - conta movimento	118	188
Aplicações financeiras	<u>22.135</u>	<u>22.485</u>
	<u>22.253</u>	<u>22.673</u>

As aplicações financeiras referem-se a recursos disponibilizados ao Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC, cuja remuneração tem, a partir de 1º de janeiro de 2005, o tratamento previsto no art. 1º do Decreto Estadual nº 38.113, de 22 de janeiro de 1998.

**5. Partes relacionadas**

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, as transações com partes relacionadas estão representadas pelas aplicações financeiras, descritas na Nota 4.

**6. Patrimônio líquido**

**(a) Capital social**

Por deliberações dos Órgãos da Administração, decorreram, neste exercício social, as seguintes alterações no Capital Social:

**a) Grupamento de Ações:** foi efetuado o grupamento de ações da Companhia de 1 (uma) para cada grupo de 10 (dez) possuídas;

**b) Aumento de Capital Social:** em outubro foi aumentado o Capital Social da Companhia no valor de R\$ 310.127.175,60, com a emissão privada de 93.977.932 de ações ordinárias, integralizadas mediante cessão de Direitos Creditórios na forma prevista no § 2º do Artigo 3º da Lei Estadual nº 10.600 de 26 de dezembro de 1995.

**c) Cancelamento de Ações:** em dezembro foram canceladas 93.977.932 ações ordinárias nominativas sem valor nominal de emissão da Companhia.

**d) Em 31 de dezembro de 2015 o Capital está composto 6.800.000 de ações ordinárias nominativas sem valor nominal, pertencentes a acionistas domiciliados no Brasil.**

**(b) Reservas de lucros**

**(i) Reserva legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76 e art. 20 do Estatuto Social.

**(ii) Reserva de retenção de lucros**

A reserva de retenção de lucros está representada pelo saldo remanescente de lucro líquido, após as destinações legais e estatutárias.

**(c) Apropriação do lucro líquido do exercício**

De acordo com o estatuto da Companhia, o lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, terá as seguintes destinações:

- (i) 5% para constituição da Reserva legal, limitado a 20% do capital social; e
- (ii) 25% será distribuído como dividendo mínimo obrigatório.

**7. Remuneração dos administradores**

Na forma do artigo 6º da Lei Estadual nº 10.600/95, de 26 de dezembro de 1995, e atendendo ao estabelecido pela Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, os Conselheiros e Diretores da Companhia são remunerados, simbolicamente, com a importância de R\$ 1,00 (um real), por reunião e por mês, respectivamente, uma vez que os trabalhos por eles desenvolvidos são considerados, por Lei, como de serviço público relevante.

**8. Provisão para riscos fiscais**

A Administração da Companhia tomou a decisão, conservadoramente, de constituir provisão para perda de processos administrativos perante a Delegacia da Receita Federal de Porto Alegre - RS, referente à Manifestação de Inconformidade em relação à compensação de créditos tributários, no valor de R\$ 277, em 31 de dezembro de 2015, (2014 - R\$ 260) e, frente à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, referente ao questionamento quanto à aplicação de multa cominatória por alegado atraso de envio de documentos, no montante de R\$ 121, em 31 de dezembro de 2015, (2014 - R\$ 110), estas com decisão favorável à Companhia em 1ª Instância, junto a Justiça Federal.

**9. Perda pela não recuperabilidade de ativos**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia, registrou perda pela não recuperabilidade integral de ativos no valor de R\$ 3.705 mil, na cessão de Direitos Creditórios.

**10. Despesas gerais e administrativas**

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a Companhia possui registradas as seguintes despesas administrativas:

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Serviços de terceiros	183	185
Impostos taxas e emolumentos	13	87
Publicações	<u>52</u>	<u>52</u>
	<u>248</u>	<u>324</u>

**Leonildo Migon**  
Presidente

**Carlos Eduardo Provezano**  
Diretor de Relações com Investidores

**Olavo Cesar Dias Medeiros**  
Diretor Técnico

**Paulo Cesar Santana Nunes**  
Contador  
CRCRS 034346/0-4  
CPF 139.198.490-00

**Manifestação do Conselho de Administração**

O Conselho de Administração da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A., tendo examinado o Relatório da Diretoria, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado, a Demonstração de Resultados Abrangentes e demais documentos da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e tendo presente ainda o teor do Relatório dos Auditores Independentes, manifesta-se pela aprovação das referidas matérias, sem ressalvas, e pelo encaminhamento das mesmas para apreciação e deliberação da Assembleia Geral Ordinária dos Senhores Acionistas.

**Flávio Pompermayer**

**Luís Antônio Medina Gomez**

**Luiz Gonzaga Veras Mota**

**Ricardo Richiniti Hingel**

**Leonardo Maranhão Busatto**

**Parecer do Conselho Fiscal**

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A.- CADIP, nos termos da lei e dos estatutos sociais, examinamos o Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultado e demais demonstrações contábeis do exercício social encerrado em 31/12/2015, bem como a justificativa da não distribuição de dividendo referentes ao exercício de 2015 e da não elaboração de orçamento de capital para o exercício social de 2016, tendo presente ainda o Relatório dos Auditores Independentes, e entendemos, por unanimidade, que as referidas matérias estão em condições de serem aprovadas pelos Senhores Acionistas.

**Fernando Rodrigues**  
Conselheiro

**Cristoferli Wingert**  
Conselheiro

**Cristiane Costa da Rosa**  
Conselheira

Aos Administradores e Acionistas da  
**CAIXA DE ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL S/A – CADIP**  
Porto Alegre/RS

Examinamos as demonstrações contábeis da **CAIXA DE ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL S/A – CADIP** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis**

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião sobre as demonstrações contábeis**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CAIXA DE ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL S/A – CADIP** em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Outros Assuntos**

**Demonstração do Valor Adicionado**

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 preparadas sob a responsabilidade da administração da companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

**Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins de comparação, foram também por nós auditados com emissão do relatório em 12 de janeiro de 2015, sem modificação.

Porto Alegre, RS, 08 de janeiro de 2016.



**EXACTO AUDITORIA S/S**  
CRC/RS 1544

**DANIEL EDUARDO RODRIGUES**  
CONTADOR CRC/RS 30.361